

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Ciências Contábeis

Camila Ferreira de Souza
Lucas Maicon Teixeira
Tarina Felix Sa Freitas
Thais Karine Junca Martins

**ATIVO BIOLÓGICO: Análise dos critérios de reconhecimento na empresa Fibria
Celulose S.A**

Belo Horizonte
2013

Camila Ferreira de Souza
Lucas Maicon Teixeira
Tarina Felix Sa Freitas
Thais Karine Junca Martins

**ATIVO BIOLÓGICO: Análise dos critérios de reconhecimento na empresa Fibria
Celulose S/A**

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade Barreiro, como requisito parcial para aprovação.

Professores:

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Othon Pereira de Mello

Sergio Luiz Ferreira Mol

Vagner Antônio Marques

Belo Horizonte
2013

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico por ser um setor dinâmico e pela capacidade de impulsionar outras áreas e além de representar de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a aproximadamente 22% do PIB, o que equivale a R\$ 918 bilhões.

Com a evolução da tecnologia e a busca por adquirir produtos de melhores qualidades, o produtor rural necessita desenvolver técnicas que auxiliem não somente na área de produção como também no gerenciamento financeiro e contábil, além dos controles patrimoniais, para reunir informações que subsidiem a tomada de decisão por parte dos gestores responsáveis pelo segmento.

Neste contexto a contabilidade desempenha um importante papel, pois fornece informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos, cruciais para a percepção da verdadeira situação da empresa, que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira, controle dos custos, diversificação de culturas e comparação de resultados.

O presente trabalho tem como objeto apresentar ativo biológico sobre a perspectiva do CPC 29 e a importância da análise financeira e gerencial para gestão com aplicabilidade na empresa Fibria Celulose S/A.

O trabalho está dividido em sete capítulos que abordam aspectos teóricos sobre a análise dos critérios de reconhecimento do ativo biológico de acordo com o CPC 29; as movimentações ocorridas no estoque quanto adoção do CPC 29; as práticas contábeis para o registro dos ativos biológicos do não circulante; os ganhos econômicos advindos da avaliação pelo valor justo; os aspectos tributários e análise financeira e gerencial na empresa Fibria S/A a partir das demonstrações de 2012.

1.1 Tema

Nesse trabalho, serão abordados os principais conceitos e formas de mensurar os ativos biológicos e como a contabilidade da suporte para mensuração desses ativos e auxilia a gestão e controles. Isto porque os ativos biológicos são dotados de vida e por consequência sujeitos a transformações biológicas, como crescimento, degeneração e morte, além das condições climáticas, que podem afetar significativamente o seu valor.

1.2 Problema de Pesquisa

ATIVO BIOLÓGICO: Análise dos critérios de reconhecimento na empresa Fibria Celulose S/A

1.3 Justificativa

A contabilidade passa por diversas transformações, de forma a atender as exigências dos seus usuários e conciliar o valor contábil da empresa, divulgado nos seus demonstrativos, com seu valor econômico. Nesse aspecto, os órgãos responsáveis pelas normas e princípios contábeis no Brasil, adotaram às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), na expectativa de aumentar a qualidade da informação e torná-la mais confiável e real.

A realização do presente trabalho justifica-se pelos seguintes motivos: o segmento analisado sentirá grandes reflexos com a adoção do CPC 29; trata -se de um mercado que tem crescido muito nos últimos anos; por ser uma modificação recente das normas contábeis brasileiras, e por isso haver algumas dúvidas sobre a adoção das normas. Este trabalho pretende contribuir, revelando o impacto desta prática contábil para as empresas.

1.4 Objetivo geral

Ativo Biológico: análise dos critérios de reconhecimento.

1.4.1 Objetivos específicos

- Apresentar características da empresa Fibria Celulose S/A e informações sobre como é realizado a mensuração do ativo biológico a partir do CPC 29;
- Verificar como são registrados os ganhos econômicos advindos da avaliação pelo valor justo;
- Identificar o tipo de tributação da companhia;
- Analisar a importância e os aspectos financeiros e gerencial da empresa Fibria S/A.

Planejar, segundo Megginson citado por Schmidt (2002, p. 18), "[...] significa escolher ou estabelecer a missão da organização, seu propósito e objetivos e depois determinar diretrizes, projetos, programas, procedimentos, métodos, sistemas orçamentos, padrões e estratégias necessárias para atingi-los."

O planejamento é um procedimento essencial para que o orçamento seja executado de acordo com os objetivos traçados pela empresa. Figueiredo e Caggiano definem que o planejamento é:

[...] a mais básica de todas as funções gerenciais e a habilidade com que esta sendo desempenhada determina o sucesso de todas as operações. Planejamento pode ser definido como o processo de reflexão que precede a ação e é dirigido para a tomada de decisão agora com vistas no futuro. (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 1992, p. 23).

Neste mesmo sentido, Hoji (2009, p. 415) afirma que "o planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados."

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No estudo teórico serão abordados conceitos referentes às abordagens financeiras, tributárias e gerenciais utilizadas no estudo de caso da empresa Fibria Celulose S/A.

2.1 Empresas rurais

Segundo Marion (2002, pag. 24), empresas rurais “são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.”.

Conforme o mesmo autor, o campo de atividades das empresas rurais pode ser dividido em três grupos distintos:

- atividade agrícola;
- atividade zootécnica;
- atividade agroindustrial.

A Receita Federal do Brasil determina que não são consideradas atividades rurais:

“o beneficiamento ou a industrialização de pescado in natura; a industrialização de produtos, tais como bebidas alcoólicas em geral, óleos essenciais, arroz beneficiado em máquinas industriais, o beneficiamento de café (por implicar a alteração da composição e característica do produto); a intermediação de negócios com animais e produtos agrícolas (comercialização de produtos rurais de terceiros); a compra e venda de rebanho com permanência em poder do contribuinte em prazo inferior a 52 (cinquenta e dois) dias, quando em regime de confinamento, ou 138 (cento e trinta e oito) dias, nos demais casos (o período considerado pela lei tem em vista o tempo suficiente para descaracterizar a simples intermediação, pois o período de permanência inferior àquele estabelecido legalmente configura simples comércio de animais); compra e venda de sementes; revenda de pintos de um dia e de animais destinados ao corte; o arrendamento ou aluguel de bens empregados na atividade rural (máquinas, equipamentos agrícolas, pastagens); prestação de serviços de transporte de produtos de terceiros etc’.”

2.2 Agronegócio

Lourenço e Lima (2009, pag. 21) afirmam que o agronegócio, também chamado de *agribusiness*, “é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico.”

No âmbito brasileiro, o agronegócio é uma atividade bem-sucedida, moderna, apoiada por financiamentos do governo e vista como uma ótima oportunidade de investimento.

Stefanelo (2002, pag. 10) destaca que “o agronegócio é o maior negócio a nível mundial e brasileiro. No mundo, representa a geração de U\$ 6,5 trilhões/ano e, no Brasil, em torno de R\$ 350 bilhões, ou 29% do PIB. A maior parte deste montante refere-se a negócios fora das porteiras, abrangendo o suprimento de insumos, o beneficiamento e processamento das matérias-primas e a distribuição dos produtos.”

Estas são evidências que reforçam a relevância do agronegócio no Brasil, além da utilização de alta tecnologia e geração de empregos e riquezas para o país.

Segundo Callado et al (2007, pag 56), “a crescente necessidade de uma maior eficiência nos processos produtivos dentro do âmbito do agronegócio brasileiro, devido ao aumento da concorrência, torna evidente a importância de possuir um sistema de controle que possa fornecer informações essenciais para o entendimento e aperfeiçoamento das atividades realizadas pelas empresas.”

Dentro desta visão, as análises financeiras e gerenciais são muito úteis para controlar o desempenho do negócio, identificar situações e permitir a prevenção de problemas e a antecipação de soluções.

2.3 Ativos Biológicos

Conforme nos apresenta o CPC 29 (pag 3), “ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.” E “grupo de ativos biológicos é um conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes.”

Devido à sua natureza, esses ativos possuem várias particularidades em seu ciclo produtivo em comparação com outros tipos de ativos, como, por exemplo, alta sazonalidade, dependência de fatores climáticos e ambientais para completar seu ciclo de produção, imprevistos (pragas, secas, inundações, etc.), períodos de maturação excessivamente longos para alguns produtos agrícolas, terra como fator participante da produção, dentre outras.

2.4 Transformação Biológica

O CPC 29 (pag 3) também nos apresenta o conceito de Transformação biológica, que “compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico.”

A Transformação biológica, ainda de acordo com o mesmo CPC, resulta dos seguintes eventos:

- (a) “mudanças de ativos por meio de (i) crescimento (aumento em quantidade ou melhoria na qualidade do animal ou planta), (ii) degeneração (redução na quantidade ou deterioração na qualidade de animal ou planta) ou (iii) procriação (geração adicional de animais ou plantas); ou
- (b) produção de produtos agrícolas, tais como látex, folhas de chá, lã, leite.”(pag 4)

2.5 Atividade Agrícola

Consta também no CPC 29 (pag 3) a definição geral de atividade agrícola: “é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade.”.

A atividade agrícola compreende uma série de atividades, por exemplo, aumento de rebanhos, silvicultura, colheita anual ou constante, cultivo de pomares e de plantações, floricultura e cultura aquática (incluindo criação de peixes). (CPC 29, pag 4)

2.6 Cultura Permanente x Cultura temporária

A diferença entre cultura temporária e permanente é que a primeira está sujeita ao replantio e é arrancada do solo, enquanto que a segunda está vinculada ao solo, dando produção por diversos anos.

Segundo Anceles (2002), a temporária se finda pela colheita, sendo seguida de um novo plantio, já a permanente tem duração superior a um ano ou possibilita mais de uma colheita sem a necessidade de novo plantio, recebendo apenas tratamentos culturais no intervalo entre as colheitas.

Os produtos das culturas temporárias são contabilizados no Ativo Circulante, em uma conta nomeada de “Cultura Temporária”, sendo classificada como Estoque. Os custos com a formação e com a colheita são contabilizados em uma sub-conta com título específico da cultura em formação (arroz, ou trigo, ou alho, ou...). (MARION, 2002).

Conforme explica Marion (2002), na cultura permanente, os custos necessários para a formação da cultura são acumulados no Imobilizado, em uma conta nomeada “Cultura Permanente em Formação”, tendo como sub-conta o tipo de cultura (café, pastagem, florestamento – araucária, eucalipto etc). Marion (2002) mostra que após a formação da cultura, antes da primeira produção, transferem-se os custos da conta “Cultura Permanente em Formação” para uma conta denominada “Cultura Permanente Formada”, que permanece no Imobilizado. A partir deste ponto, na fase produtiva, os custos que surgirem não serão mais contabilizados no Imobilizado, mas no Ativo Circulante – Estoque e são acumulados ao produto que está sendo formado.

2.7 Valor Justo e o CPC 29

O CPC 29 equivale à IAS 41, norma emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e traz a obrigatoriedade da avaliação e divulgação do valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas das empresas. Assim, os ganhos (ou perdas) da transformação biológica desses ativos passam a ser reconhecidos e apresentados em cada demonstração. Até então, qualquer ganho ou perda da atividade

biológica somente era reconhecido no momento da realização ou venda dos ativos biológicos.

Com esse novo método de mensuração aparece o conceito de: fair value ou valor justo. Este é o critério que deve ser utilizado para mensuração dos ativos biológicos, conforme a norma internacional.

O Pronunciamento Técnico CPC 29 (pag 6) – Ativo Biológico e Produto Agrícola, determina que “os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.”.

A definição de valor justo contida neste CPC (pag 5) é: “o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. O valor justo de ativo tem sua determinação baseada na sua localização e nas condições atuais.”

Quanto às terras utilizadas para o plantio, o CPC 29 (pag 8) faz a seguinte ressalva: “ativos biológicos são, muitas vezes, implantados na terra (por exemplo, árvores de floresta plantada). Pode não existir um mercado separado para os referidos ativos, mas pode existir um mercado ativo para a combinação deles, isto é, para os ativos biológicos, terra nua e terras com melhorias, como um conjunto. A entidade pode usar informações sobre ativos combinados para determinar o valor justo dos ativos biológicos. Por exemplo, o valor justo da terra nua e da terra com melhorias pode ser deduzido do valor justo dos ativos combinados, visando obter o valor justo do ativo biológico.”.

2.8 Contabilidade Gerencial

2.8.1 ROI (Return on Investment – Retorno do Investimento)

PADOVEZE (2005, 454) afirma que o ROI (Return on Investment – Retorno do Investimento) “relaciona o lucro obtido pela divisão com os ativos utilizados por esta.”.

Ainda segundo o mesmo autor, como lucro deve-se considerar o lucro operacional da divisão que pode ser o centro de lucro ou de investimento. Como

investimento, deve-se considerar apenas os ativos operacionais específicos da divisão que normalmente são os estoques e imobilizados. Outros elementos como, contas a receber, contas a pagar, poderão também ser considerados investimentos, desde que a responsabilidade por essas atividades seja do gestor divisional.

Kassai et al (2000, p.174) afirmam que o ROI consiste na “expressão mais simples de medida de retorno de investimento”, sendo uma taxa determinada a partir de dados contábeis. Para tanto, aplica-se a equação representada abaixo, onde “o lucro operacional é oriundo somente das atividades normais de uma empresa, excluindo-se inclusive o montante dos encargos financeiros”. E o valor a considerar como investimentos é o montante equivalente ao ativo líquido. Ou seja, “o total do ativo diminuído dos passivos de funcionamento (fornecedores, impostos, salários, dividendos, contas a pagar etc.)”.

$$\text{ROI} = \text{Lucro Operacional} / \text{Investimento}$$

Figura 2 – Fórmula do ROI (adaptado de Kassai et al, 2000).

O ROI, segundo Kassai et al (2000, p.175), é um indicador que evidencia o retorno propiciado pelas decisões de investimentos, avaliando se o empreendimento foi atrativo economicamente. Tais autores asseveram que esta medida “serve de parâmetro para avaliação do desempenho da empresa em relação a períodos anteriores, em relação ao mercado concorrente e também como sinalizador em relação ao custo de capitais de terceiros”.

Padoveze (2005, 454), porém, reforça que “esta é uma medida bruta de rentabilidade, totalmente válida dentro da empresa, mas deve merecer ressalvas para comparação com unidades de negócio fora da empresa.” Para fazer análises comparativas em relação a investimentos fora das empresas, esta rentabilidade deve ser descontada dos gastos fixos gerais da empresa, não alocados às divisões operacionais, e também dos impostos sobre o lucro.

2.8.2 Lucro Residual

Segundo Padoveze p 454, “no conceito de lucro residual considera-se lucro apenas a parcela do resultado que exceder a um predeterminado custo de capital.”

Entende-se que a divisão deve gerar sempre um lucro maior do que o custo de capital que foi utilizado para financiar os investimentos (ativos operacionais) à disposição das divisões. Assim, este custo entra como despesa da divisão, que é subtraída do lucro antes dos impostos (LAIR).

$$\text{Lucro Residual} = (\text{LAIR}^* - \text{CMPC}^{**}) / \text{Ativos Operacionais}$$

Elaborada pelos autores a partir do texto do Padoveze

2.9 Tributação da Atividade Rural

Conforme determina o Art. 406 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), “as atividades rurais são tributadas com base nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas, com base no lucro real, presumido ou arbitrado, sujeitando-se ao adicional do imposto de renda, a alíquota de dez por cento.”

A Receita Federal diz que são admitidos como incentivos fiscais concedidos às pessoas jurídicas que exploram atividade rural:

- a) os bens do ativo imobilizado (máquinas e implementos agrícolas, veículos de cargas e utilitários rurais, reprodutores e matrizes etc.), exceto a terra nua, quando destinados à produção, poderiam ser depreciados, integralmente, no próprio período-base de aquisição [RIR/99, art. 314];
- b) a compensação dos prejuízos fiscais, decorrentes da atividade rural, com o lucro da mesma atividade, não se aplica o limite de trinta por cento de que trata o art. 15 da Lei nº 9.065/95 [Lei nº 8.023/90, art. 14, e IN SRF nº 11/96, art. 35, § 4º, e IN SRF 39/96, art. 2º e RIR/99, art. 512]. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2011)

2.9.1 RTT (Regime Tributário de Transição)

A Lei 11.638/2007 alterou a Lei 6.404/1976 de forma a atualizá-la às normas internacionais de contabilidade e apresenta disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

A Lei nº 11.941/2009, institui regime tributário de transição, tem como objetivo afastar os efeitos tributários que poderiam decorrer dos novos procedimentos contábeis advindos com a Lei nº 11.638/2007, adotados a partir de 01/01/2008.

“Fica instituído o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios

contábeis introduzidos pela Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 desta Lei.” (capítulo III ART 15 Lei nº 11.941/2009)

2.10 Contabilidade Financeira

2.10.1 Modelo Dinâmico

O modelo de Fleuriet tem como objetivo analisar a situação financeira das empresas sob a concepção do modelo dinâmico de capital de giro. Um dos objetivos deste trabalho é evidenciar os resultados financeiros na empresa Fibria S/A a partir da utilização do Modelo Fleuriet. Para tanto, foi necessária a utilização dos conceitos desse modelo, que consiste no estudo de três variáveis: Necessidade de Capital de Giro (NCG), Capital de Giro (CDG) e Saldo de Tesouraria (T).

2.10.1.1 NCG

Conforme Matarazzo (2003, p. 337), “A Necessidade de Capital de Giro é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”.

Para achar a NCG de uma empresa, é necessário, primeiramente, reclassificar as contas do balanço, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Reclassificação das contas do Balanço

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Financeiro	Passivo Circulante Financeiro
Ativo Circulante Operacional	Passivo Circulante Operacional
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Elaborada pelos autores

Abaixo, o quadro 2 apresenta alguns exemplos de contas que compõem os grupos financeiro e operacional.

Quadro 2 – Exemplos de contas e sua classificação

Grupos	ATIVO	PASSIVO
Circulante Financeiro	Caixa	Empréstimos
	Banco	Financiamentos a Curto Prazo
Circulante Operacional	Clientes	Fornecedores
	Estoque	Salários a pagar
Não Circulante	Realizável a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo
	Imobilizado	
	Investimento	Resultado de Exercícios Futuros
	Intangível	

Fonte: Elaborada pelos autores

Para fazer o cálculo, considera-se a Necessidade de Capital de Giro como a diferença entre os valores do Ativo Circulante Operacional e Passivo Circulante Operacional.

Segundo Berti (1999), quando essa diferença for positiva a empresa precisará de recursos para custear suas atividades e quando ela for negativa não será necessário mais recursos para financiamento, uma vez que a empresa já esta sendo financiada com recursos de terceiros

2.10.1.2 Capital de Giro

O Capital de Giro (CDG) é a diferença entre os Passivos Não Circulantes (PNC) e os Ativos Não Circulantes (ANC). Como PNC, estão inclusos os Passivos Exigíveis a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido, já o ANC, considera os Ativos Realizáveis a Longo Prazo e o Ativo Permanente. O CDG possui o mesmo valor absoluto que o Capital Circulante Líquido (CCL), apenas seu cálculo é realizado de forma diferente (Fleuriet,2003).

Assaf e Silva (2002, p. 35) afirma que “o capital de giro representa recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais, que vão desde a aquisição de matérias-prima (mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado.”

Estes recursos estão em constante movimentação no dia-a-dia da empresa.

Ratificando o que explicita o autor acima, Berti (2009, p. 181) define: “capital de giro é o volume de recursos necessários para a empresa (organização) completar o ciclo operacional, ou seja, desde as compras de matérias-primas (insumos), passando pela fase de transformação (indústria) e chegando ao consumo, e iniciando novamente o ciclo.”.

Sendo assim, a administração do capital de giro refere-se à administração de ativos e passivos circulantes.

2.10.1.3 Saldo de Tesouraria

Padoveze (2003) explica que o Modelo Fleuriet classifica as contas em dois tipos: cíclicas e erráticas. Para o primeiro tipo são consideradas as contas de natureza operacional e para o segundo são consideradas as contas circulantes.

Para o cálculo do saldo em tesouraria, conforme explicita Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003), é necessário separar as contas que tem influência nas operações comuns da empresa, daquelas que integram um saldo apenas financeiro, estas últimas denominadas como: ativo errático e passivo errático.

O valor do saldo em tesouraria é obtido a partir da diferença entre o ativo errático e o passivo errático, pois de acordo com Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003), neles

estão às contas não relacionadas à atividade da empresa e cujos valores modificam de forma fortuita.

Da mesma forma, Matarazzo (2003) entende que o saldo de tesouraria é a diferença das contas restantes no balanço patrimonial, não utilizadas nos indicadores anteriores, sendo elas as contas ligadas às atividades financeiras do curto prazo.

Alternativamente, T pode ser calculado pela diferença entre o Capital de Giro (CDG) e a Necessidade de Capital de Giro (NCG), ou seja:

$$T = \text{CDG} - \text{NCG}$$

As decisões operacionais e as políticas de autofinanciamento são determinantes de T.

Um saldo de tesouraria positivo estabelece então, de acordo com Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003) uma folga financeira disponível de forma imediata para a empresa e pode ser aplicada em opções de liquidez rápida e de menor risco.

Contudo, Fleuriet et al. (2003, p.14) chama atenção para T positivo e elevado: “Um Saldo de Tesouraria positivo e elevado não significa necessariamente uma condição desejável para as empresa, pelo contrário, pode significar que a empresa não esteja aproveitando as oportunidades de investimento propiciadas por sua estrutura financeira.”

E Matarazzo (2003) afirma que quando este saldo encontra-se negativo ele pode indicar um endividamento bancário além de mostrar que os recursos podem estar divergentes das aplicações de curto prazo.

2.10.1.4 Perfil Financeiro da empresa

Ao confrontar o CCL (mesmo valor absoluto do capital de giro, como já explicitado), NCG e T é possível determinar a estrutura financeira da empresa em um dado período.

O quadro abaixo apresenta seis situações possíveis pela combinação dessas variáveis, identificadas por Braga e Marques (1995).

Quadro 3 – Tipos de Estrutura e Situação Financeira

Tipo	CCL	NCG	T	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	+	-	Péssima
V	-	-	-	Muito Ruim
VI	-	-	+	Alto risco

Fonte: Marques e Braga (1995)

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa explicativa e qualitativa, pois “além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas”. (ANDRADE, 2010, p.112). A pesquisa também “busca entender não apenas o fato ou fenômeno estudado, mas também o contexto dentro do qual se desenvolve. O foco do trabalho qualitativo é conhecer o significado que se confere ao objeto estudado”. (CHAROUX, 2006, p.38)

Sendo um estudo de caso, porque “investiga um fenômeno dentro do contexto local, real e especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (JUNG, 2004, p.158).

3.2 Instrumento de coleta de dados

A aplicação do estudo de caso será realizada na empresa Fibria S.A através de um estudo bibliográfico, com consultas em livros, publicações periódicas e páginas de internet .

3.3 Tratamento dos dados

Os dados apresentado durante o desenvolvimento do trabalho serão analisados e avaliados criteriosamente para que possa alcançar os objetivos apresentados nos mesmos.

Em função do presente problema de pesquisa, a escolha se volta para uma abordagem explicativa a qual privilegia procedimentos qualitativos da pesquisa.

Será realizado um estudo através do Balanço Patrimonial e notas explicativas referente ao ano de 2012, para que se possam definir com propriedade os conceitos e

com isso possa extrair o máximo de informação verídica e confiável a cerca do assunto escolhido.

4. Análise da Fibria S/A

4.1 Caracterização da empresa

A empresa analisada neste trabalho é a Fibria S/A e o período estudado foi o ano de 2012. A Fibria S/A é uma empresa brasileira que atua no ramo de industrialização e comércio de celulose branqueada de eucalipto proveniente exclusivamente de plantios renováveis, que é destinada em sua maior parte aos principais mercados consumidores.

A produção de celulose branqueada se dá a partir de árvores de eucalipto com madeiras duras de alta qualidade, com fibras geralmente curtas. O processo produtivo necessita de energia térmica e elétrica, além de outros insumos e matérias primas como madeira, energia, produtos químicos e água.

A Fibria é uma sociedade anônima de capital aberto. Possui ações na bolsa de valores de São Paulo (BMF&BOVESPA) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). A Fibria tem grande participação no mercado global de celulose com uma capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose.

Tem sede social na cidade de São Paulo, SP – Brasil, e a companhia atua em sete estados brasileiros: Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No total é cultivada uma área de 1,2 milhão de hectares, sendo que 403 mil hectares são destinados à conservação ambiental.

Os preços de celulose tendem a ser cíclico e flutuar dentro de períodos curtos. Isso se deve a alguns fatores como:

- Demanda de celulose e derivados;
- Concorrência, principalmente dos grandes produtores;
- Disponibilidade de produtos substitutos.

4.2 Práticas contábeis para o registro dos ativos biológicos da Fibria S/A e a adoção das recomendações do CPC 29

4.2.1 Movimentações ocorridas no estoque da Fibria S/A em observado a adoção do CPC 29

Em conformidade com o CPC 16 e CPC 29 assim que os produtos estão no ponto da colheita os ativos biológicos são transferidos para a conta de estoques. As matérias-primas derivadas dos ativos biológicos são mensuradas ao valor justo deduzidas as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo biológico para o grupo de estoques.

Para o registro dos demais produtos necessários para as atividades operacionais compara-se o valor de aquisição das mercadorias e o valor de realização dos mesmos. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração abrange matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção.

O saldo das contas de estoque fechou em aproximadamente 457 milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados				
Na fábrica/depósitos.....	62.142	75.666	131.806	135.110
No exterior.....			470.082	518.305
Produtos em processo.....	15.265	11.728	13.438	31.141
Matérias-primas.....	290.085	214.581	422.288	360.473
Almoxarifado.....	86.732	77.574	142.288	129.298
Importações em andamento.....	2.248	1.735	2.333	2.140
Adiantamentos a fornecedores.....	770	2.158	907	2.240
	<u>457.242</u>	<u>383.442</u>	<u>1.183.142</u>	<u>1.178.707</u>

em 2012, um aumento de 19,25% em relação a 2011. Segue abaixo a abertura da conta em 31 de Dezembro de 2012.

Fonte: Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

4.2.2 Registro dos ativos biológicos não circulantes em conformidade com o CPC 29

Os ativos biológicos da Fibria S/A são constituídos por florestas de eucalipto advindas somente de plantações renováveis sendo estas destinadas exclusivamente à produção de celulose branqueada, com a grande evolução das técnicas de manejo florestal dentre as quais a técnica de melhoria da genética das árvores, o período de extração de seus ativos ocorre em aproximadamente seis anos.

A mensuração destes ativos biológicos acontece em consenso às normas do CPC 29, pois a mensuração é feita pelo valor justo menos as despesas projetadas de venda. O valor justo de seus ativos biológicos é calculado por meio do fluxo de caixa descontado, levando em consideração o preço de venda projetado, a quantidade total de madeira separada por período de plantação e o desenvolvimento médio do ano por região. O preço líquido médio de venda é calculado após a identificação dos critérios utilizados no mercado para fixação do preço conforme o CPC 29 orienta, a quantidade total de madeira foi calculada através da média do m3 de madeira em cada hectare de plantação visto a idade de corte, e o desenvolvimento médio ou IMA (Incremento Médio anual) é calculado de acordo com as variações do clima, do solo e a variação do material genético. Estas são as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo. Segue abaixo uma tabela que evidencia estas principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	2012	2011
Área de efetivo plantio (hectare)	446.168	551.959
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare.....	41	41
Preço líquido médio de venda - reais/m ³	53,86	50,70
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	5,6	5,6
Taxa de desconto - %	6,5	7,9

A variação positiva do valor justo dos ativos biológicos nos períodos apresentados é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em um variação positiva de R\$ 297.686.

	Consolidado	
	2012	2011
Valor justo da renovação de florestas no período	144.729	152.405
Crescimento de plantios existentes (IMA, área e idade)	9.197	(95.143)
Variação de preço e taxa de desconto	143.760	67.791
	<u>297.686</u>	<u>125.053</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

No balanço patrimonial existe a conta de “Exaustão” que é a conta redutora dos ativos biológicos, sendo nesta onde se registra todos os desgastes, e a deterioração do material genético, que são mensurados após o cálculo do volume total de madeira a ser extraído. Segue abaixo uma tabela que apresenta como é feito o fechamento da conta dos ativos biológicos para demonstração no balanço, que no ano de 2012 totalizou aproximadamente 1,7 bilhões:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do período	1.970.870	2.376.015	3.264.210	3.550.636
Adições (manejo e compra de madeira em pé).....	505.215	476.995	755.531	761.502
Exaustão				
Custo histórico	(412.255)	(436.491)	(502.691)	(569.813)
Valor justo	(202.321)	(211.140)	(365.726)	(405.617)
Variação de valor justo	55.703	(19.509)	297.686	125.053
Baixa	(125.650)		(129.745)	
Reclassificação para ativos mantidos para a venda				
Losango		(241.595)		(241.595)
Transferências	142	26.595	6.399	44.044
	<u>1.791.704</u>	<u>1.970.870</u>	<u>3.325.604</u>	<u>3.264.210</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

4.3 Análise dos registrados dos ganhos econômicos advindos da avaliação pelo valor justo na DRE

Em consenso com o CPC 29 e a IAS 41 os ganhos ou perdas econômicas resultantes da variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício.

A Fibria apresentou um ganho de 152 milhões de reais em 2012 por conta da variação no valor justo dos ativos biológicos. O que não passava de a R\$146 milhões em 2011 subiu para R\$298 milhões em 2012. Esse valor encontra-se registrados na conta de outras receitas/despesas operacionais líquidas. Nessa mesma conta são apresentados outros valores como a provisão para devedores duvidosos, programa de remuneração variável a funcionários e outros, como o ganho de capital com créditos de IPI (em 2012) e a alienação da unidade de Piracicaba (em 2011).

Segue abaixo o detalhamento da conta de receitas e despesas operacionais:

Fonte

Outras receitas e despesas operacionais				
Participação no resultados	(45.844)	(56.999)	(56.402)	(60.071)
Amortização de mais valia de ativos.....	(61.271)	(23.197)		
Variação do valor justo dos ativos biológicos.....	55.703	1.322	297.686	145.884
Ganho de capital - alienação Piracicaba.....		175.654		175.654
Crédito prêmio de IPI (Nota 24)	93.152		93.152	
Outros	18.899	(8.627)	19.590	(8.072)
	<u>60.639</u>	<u>88.153</u>	<u>354.026</u>	<u>253.395</u>

Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

O ganho econômico advindo do ajuste do valor justo pode ser justificado pelo aumento dos preços no mercado internacional dos produtos de celulose, e é provável que eles continuarão a variar em razão das mudanças no cenário econômico global, como por exemplo o aumento significativo na demanda por celulose na China.

Esse cenário faz com que os a receita líquida e os resultados operacionais aumentem uma vez que sejam mantidos a margem de lucro operacional e o volume de vendas.

4.4 Aspectos Tributários da Fibria S/A

4.4.1 Impostos sobre o lucro

A Fibria e todas as suas demais controladas instaladas no Brasil são tributadas pelo Lucro Real, contudo a Fibria e suas demais controladas no Brasil, escolheram fazer o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social pelo Regime Tributário de Transição (RTT). Assim a empresa obtivera um valor total de Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$354.362,00 no ano de 2012 e R\$581.118,00 no ano de 2011 conforme tabela abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo antes do IR e da CSLL	(1.059.068)	(1.694.395)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	360.083	576.094
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito da equivalência patrimonial	23.547	39.959
Custo de transação na emissão de ações	(6.063)	
Tributação de lucro das subsidiárias no exterior no Brasil	(5.420)	
Diferença de tributação nas subsidiárias no exterior		
Ajuste a valor presente - aquisição de ações Aracruz		(13.156)
Outras diferenças permanentes, principalmente provisões não dedutíveis	(17.785)	(21.779)
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>354.362</u>	<u>581.118</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

A compensação dos impostos diferidos de imposto de renda tanto do ativo como do passivo só se fará possível, quando de fato houver a possibilidade legal de contrabalancear os referidos ativos fiscais contra os passivos fiscais de mesmo caráter correntes, quando estes tiverem sido lançados pela mesma autoridade fiscal e também se existir a intenção de liquidar os saldos apurados.

4.4.2 Créditos Tributários

A Fibria S/A, em suas atividades nos estados do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul está acumulando créditos de ICMS, pois suas atividades são em sua maioria nestes estados de exportadora. Em relação a estes créditos, foi realizada uma análise pela administração da empresa para se saber qual a probabilidade de realização destes, assim obteve para os créditos inerentes no estado do Espírito Santo uma projeção parcial com expectativa de perda de 80% dos créditos desta unidade e para o estado do Mato Grosso do Sul, obteve uma projeção parcial de perda praticamente

	Consolidado	
	Montante	Percentual
Nos próximos 12 meses.....	209.462	28
Em 2014.....	189.842	25
Em 2015.....	131.023	17
Em 2016.....	197.455	26
Em 2017.....	26.206	4
	<u>753.988</u>	<u>100</u>

integral dos créditos desta unidade. Assim para a recuperação parcial dos créditos gerados no estado do Espírito Santo, foi elaborada uma projeção orçamentária com expectativa de recuperação até o final de 2017 conforme a tabela a seguir:

Fonte: Demonstrações Financeiras 2012 – Fibria Celulose S.A.

A Fibria S/A também possui créditos referentes à PIS e COFINS sobre seus ativos imobilizados com um valor de 113.304,00 registrados no final do exercício 2012, mas estes serão realizados ao decorrer da vida útil de seus ativos imobilizados e por isso não se realizou nenhuma projeção orçamentária para estes.

Para o reconhecimento dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais ou de diferenças temporárias, é

utilizado o método do passivo em conformidade com a IAS 12, mas para os passivos fiscais provenientes da apropriação inicial do ágio não se faz o reconhecimento, e também não acontecerá à apropriação do imposto de renda diferido caso este seja resultado do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma movimentação que não altere a contabilização nem o resultado tributável. Contudo o reconhecimento dos impostos diferidos só é possível após a realização de um estudo técnico pela administração da empresa onde é avaliada a probabilidade real de recuperação destes impostos e após a comprovação dos referidos impostos diferidos a empresa efetua o registro de provisão destes, na rubrica contábil de Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos.

4.5 Análise Financeira da Fibria S/A

4.5.1 Perfil Financeiro baseado no modelo dinâmico

A análise financeira baseada no modelo dinâmico, se faz importante dentro de qualquer empresa, pois é a partir dela que podemos identificar a situação financeira da empresa, qual o seu risco de insolvência e também para avaliar o desempenho das entidades de forma prospectiva.

Assim analisar e avaliar qual o perfil econômico da Fibria pelo o modelo dinâmico ou Modelo de Fleuriet, nos permitirá apontar a situação financeira da empresa e também determinar de modo prospectivo o quão próximo de um desequilíbrio financeiro a empresa se encontra. Para execução do modelo dinâmico é necessário reclassificar o balanço patrimonial da seguinte maneira:

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	Passivo Circulante Financeiro (PCF)
. Caixa . Bancos . Aplicações financeiras	. Duplicatas Descontadas . Empréstimos de curto prazo . Financiamentos de curto prazo
Ativo Circulante Operacional (ACO)	Passivo Circulante Operacional (PCO)
. Contas a receber de clientes . Estoques	. Fornecedores . Salários e Contas a pagar . Impostos a pagar
Ativo Não Circulante (ANC)	Passivo Não Circulante (PNC)
. Ativo Realizável a Longo Prazo . Investimentos . Imobilizado . Intangível	. Passivo Exigível a Longo Prazo . Financiamentos de longo prazo . Patrimônio Líquido . Capital Social . Lucros ou prejuízos acumulados

Fonte: BDMG – Como Calcular a necessidade de capital de giro de sua empresa

Para análise e avaliação do perfil econômico da Fibria S/A conforme o modelo dinâmico é necessário o cálculo das seguintes variáveis:

Necessidade de Capital de Giro – NCG;

Capital de Giro – CDG;

Saldo de Tesouraria – T.

Assim obtivemos os seguintes resultados calculando respectivamente cada variável:

$$NCG = ACO - PCO$$

$$NCG = (457.242 + 1.212.764) - (239.725 + 94.987 + 19.332)$$

$$NCG = 1.315.962,00$$

Para o cálculo acima, consideramos como ACO as contas de estoque e contas a receber de clientes, e como PCO as contas a pagar aos fornecedores, salários e encargos sociais, impostos e taxas a recolher.

CDG

$$\text{CDG} = \text{PNC} - \text{ANC}$$

$$\text{CDG} = (10.334.861 + 15.155.756) - 23.716.290$$

$$\text{CDG} = 1.774.327,00$$

T

$$T = \text{ACF} - \text{PCF} \text{ ou } T = \text{CDG} - \text{NCG}$$

$$T = 1.774.327 - 1.315.962$$

$$T = 458.365,00$$

Com base neste cálculo, verificamos que a empresa obteve um saldo positivo de tesouraria, pois possui capital de giro suficiente para cobrir sua necessidade de capital de giro, assim aumentando a sua margem de segurança financeira.

Após o levantamento dos resultados com os cálculos acima, podemos classificar agora o perfil financeiro da Fibira S/A, assim foi possível perceber que a empresa tem o perfil do tipo II segundo as considerações de Braga, conforme no quadro abaixo:

Tipo	CDG	NCG	T	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	+	-	Péssima
V	-	-	-	Muito Ruim
VI	-	-	+	Alto risco

Assim sendo a empresa apresentou as características de uma empresa com situação financeira sólida e se mantém longe de um desequilíbrio financeiro, pois seu capital de giro é suficiente para atender sua necessidade de capital de giro tendo

portando um saldo positivo de tesouraria, aumentando sua margem de segurança financeira.

4.6 Análise Gerencial da Fibria

4.6.1 Uma perspectiva sobre a produtividade dos ativos

O objetivo principal dos gestores de uma empresa é maximizar as riquezas dos acionistas ou proprietário. A visão do lucro é relativa, pois devemos avaliar outros fatores nessa variável. Dentre elas podemos citar principalmente a expectativa de retorno sobre os investimentos realizados. Assim observa-se que a figura do gestor vai além da geração de lucros e redução de custos e é por isso que eles vão necessitar de informações confiáveis acerca da produtividade dos ativos da empresa. Os indicadores de rentabilidade é um tipo de informação fundamental que visa a avaliação dos resultados auferidos por uma empresa.

O crescimento da empresa não deve levar em consideração apenas a lucratividade, mas sim a eficiência do capital investido. O ideal é que o retorno sobre o investimento seja maior que a aplicação do mesmo capital em algo com a mínima possibilidade de risco.

Aplicando-se essa perspectiva sobre a Fibria S/A foi possível calcular dois indicadores que evidenciou alguns resultados interessantes:

4.6.1.1 ROI (Return on Investment)

O ROI (Retorno sobre o Investimento) foi obtido pelo quociente entre o prejuízo operacional líquido e o valor total dos ativos da empresa que estão especificados na tabela abaixo. Os valores do ROI foram representados em percentuais.

Cálculo do ROI		
	2012	2011
Prejuízo Líquido Operacional	- 704.706,00	- 1.113.277,00
Ativo Total	27.937.267,00	27.629.021,00
ROI	-3%	-4%

Fonte: Autor.

Os resultados obtidos evidenciam que a Fibria S/A não está conseguindo obter retorno sobre os investimentos realizados. Mas esse indicador deve ser avaliado com cuidado, pois isso pode ser uma estratégia da empresa a curto prazo que se transformará

em um retorno maior a um longo prazo. Como um grande volume de investimentos que será transformado em resultados em alguns anos.

4.6.1.2 Prejuízo Residual

Como a Fibria apresentou prejuízo no ano de 2012 e 2011, foi possível obter o prejuízo residual, um cálculo que considera o custo dos capitais nos resultados operacionais.

O prejuízo residual foi obtido pela soma do prejuízo do período com o custo dos capitais próprio e de terceiros investidos na empresa. Para tanto foi necessário determinar o custo médio ponderado de capital que foi obtido pela taxa de custo médio vezes os ativos da empresa. Para se chegar nessa taxa o primeiro passo foi determinar as parcelas de capitais de terceiros e próprio em relação ao capital total, como segue na tabela abaixo.

Cálculo da Participação dos Capitais

	2012		2011	
	Em milhares de reais	%	Em milhares de reais	%
Total de Capital	14.713.469,00	100,00%	13.466.434,00	100,00%
Capital Próprio	9.729.006,00	66,12%	8.379.397,00	62,22%
Capital de Terceiros	4.984.463,00	33,88%	5.087.037,00	37,78%

Fonte: Autor.

Depois foi calculada a taxa do custo de capital de terceiros pelo quociente das despesas financeiras e juros financeiros e o valor total de empréstimos e financiamentos em curto prazo e longo prazo.

Cálculo do Custo do Capital de Terceiros

	2012		2011
Juros e Financiamentos	562.816,00		612.270,00
Empréstimos CP e Lp	4.984.463,00		5.087.037,00
Capital de Terceiros	11%		12%

Fonte: Autor.

O custo do capital próprio foi determinado na nota explicativa 27 das Demonstrações Financeiras de 2012 como correspondente a 25%. Consolidando os dados dos custos obtemos a seguinte taxa única de capital:

Cálculo da taxa de custo Médio Ponderado de Capital

	2012			2011		
	Parcela	Custo	total	Parcela	Custo	total
Capital Próprio	66,12%	25,00%	16,53%	62,22%	25,00%	15,56%
Capital Terceiros	33,88%	11,29%	3,83%	37,78%	12,04%	4,55%
Total			20,36%			20,10%

Fonte: Autor.

Aplicando esta taxa ao ativo total da empresa obtemos o custo em reais dos capitais investidos conforme a tabela abaixo:

Cálculo Custo Médio Ponderado de Capital

	2012	2011
Taxa	20,36%	20,10%
Ativo Total	27.937.267,00	27.629.021,00
CMPC	5.686.898,20	5.554.184,17

Fonte: Autor.

E por fim subtraindo-se o custo médio ponderado de capital do prejuízo operacional líquido obtemos o prejuízo residual, e que se dividido pelos ativos totais é encontrado o prejuízo residual em percentuais.

Prejuízo Residual

	2012	2011
Prejuízo Operacional Líquido	- 704.706,00	- 1.113.277,00
CMPC	5.686.898,20	5.554.184,17
Investimentos	27.937.267,00	27.629.021,00
Prejuízo Residual	- 6.391.604,20	- 6.667.461,17
Prejuízo Residual %	-23%	-24%

Fonte: Autor.

No caso da Fibria esse indicador evidencia que a empresa está tendo um prejuízo maior que quando considerado apenas os dados operacionais do exercício. Quando avaliados os dois indicadores em conjunto percebe-se que além dos investimentos não trazerem retorno, quando adicionado o custo dos capitais esses valores são ainda mais insatisfatórios, o que não condiz com as expectativas dos acionistas que poderiam estar investindo esses valores em outro negócio, que daria uma taxa mínima de retorno sem risco. Mas deve-se considerar nesse contexto as estratégias da empresa que pode ser por exemplo, grandes investimentos nesses anos para se ter retorno a um longo prazo.

REFERÊNCIAS

MASCARENHAS, Alexandre de Pinho. **BDMG: Como calcular a necessidade de capital de giro de sua empresa.** Disponível em: <<http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=29544&TabId=13118&portalid=130&mid=30253>> Acesso em: 20 out. 2013.

FIBRIA: <www.fibria.com.br>. Acesso em: 2 out 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29 –Ativo Biológico e Produto Agrícola.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 01 out 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting standards nº 41 – Agriculture.** Disponível em: <http://www.ifrs.org>. Acesso em: 01 out 2013.

FIBRIA: <www.fibria.com.br>. Acesso em: 2 out 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29 –Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 01 out 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting standards nº 41 – Agriculture**. Disponível em: <http://www.ifrs.org>. Acesso em: 01 out 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria Estratégica e Operacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.(1 reimpressão da 1 edição de 2003)

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. Manual de tributos da atividade rural. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e análise de custos**: teoria e prática. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

BERTI, Anélio. Análise do Capital de Giro: Teoria e Prática. São Paulo: Ícone, 1999.

MARQUES, J. A. V. C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p. 49-63, mai/jun 1995.

ASSAF Neto Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, Jose Carlos. Contabilidade Rural. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002

STEFANELO, E. L. **Agronegócio Brasileiro: Propostas e Tendências**. Revista FAE Business. n. 3, set., 2002.

LOURENÇO, C.; LIMA, B. **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas**. En Observatorio de la Economía Latino americana, Número 118, 2009. Disponível em < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm> >. Acesso em:

CALLADO, A. L. C; CALLADO, A. A. C; ALMEIDA, A. A. **A utilização de indicadores gerenciais de desempenho industrial no âmbito de agroindústrias.** *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, v. 2, n. 2, p.102-118, maio a agosto de 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=45>>. Acesso em:

KASSAI, J. R.; KASSAI, S.; SANTOS, A.; ASSAF NETO, A. Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IASB. International Accounting Standards Committee. **Estrutura conceitual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras – 2010.** Disponível em www.iasb.org. **International Accounting Standards nº 41 – Agricultura.**

MATARAZZO, Dante Carmire. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges, O modelo Fleuriet: a dinâmica financeira das empresas brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. 3. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL . Regulamento do imposto de renda. 1999
Disponível em <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=rir99l2t4s3>>. Acesso em: 05 out. 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Atividade Rural. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2002/pergresp2002/pr31a55.htm>>. Acesso em:

Lei nº 11.941/2009 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm

Lei 11.638/2007 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm